



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em serviços educacionais para ministrar curso de pré-vestibular social, com o fornecimento de mão de obra e material didático, em atendimento às necessidades da Subsecretaria de Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior, pelo período de 02 (dois) anos, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Ciência Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/21, art. 28, inciso I
1.4	Período:	02 (dois) anos, podendo ser prorrogado
1.5	Tipo:	Menor Preço por Item, nos termos da Lei nº. 14.133/2021

1.6 Aquisição/Serviço de empresa especializada em serviços educacionais para ministrar curso de pré-vestibular social, com o fornecimento de mão de obra, material didático impresso, chip de internet gratuita e uniforme nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada em serviços educacionais para ministrar cursos de pré-vestibular, com o fornecimento de mão de obra, material didático impresso, chip de internet gratuita e uniforme, conforme especificações.	981	SERVIÇO/ MENSAL POR ALUNO	24 meses / 50 alunos

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos, contados da celebração do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 O fornecimento dos serviços é enquadrado como continuado em razão de sua recorrência anual e da necessidade de garantir a continuidade e a eficiência do processo pedagógico, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que, assim, permite-se **manter o mesmo planejamento pedagógico** e o corpo docente, o que evita a descontinuidade na metodologia e impacto negativo na formação dos alunos, assegurando a eficiência na execução do serviço e a previsibilidade orçamentária para o município."

1.10 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.



2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. O objeto da presente contratação, em elaboração pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico tem como objetivo atender a uma demanda da Subsecretaria de Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior de ofertar um curso pré-vestibular para estudantes de baixa renda do Município de Nova Friburgo.

Primeiramente, cabe salientar que trata-se de um **projeto novo**, que está sendo concebido a partir de uma necessidade identificada recentemente, por decisão estratégica da administração no desenvolvimento de políticas públicas para a sociedade. A visão dos gestores é que o projeto trará benefícios significativos, como a inclusão social, melhoria na educação e ampliação do acesso ao ensino superior.

O projeto do Pré-Vestibular Social está diretamente alinhado à missão da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico que, conforme estabelecido pela Lei complementar nº 172 de 10 de Janeiro de 2025, tem como atribuição fomentar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e responsável, por meio da promoção de ações que estimulem a inovação, a geração de emprego e renda, e a redução das desigualdades regionais.

A oferta de um curso de pré-vestibular social contribui para esse objetivo ao ampliar o acesso à educação e à formação de qualidade para jovens em situação de vulnerabilidade social, preparando-os para ingressar no ensino superior e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho.

Essa iniciativa também fortalece a rede econômica municipal, na medida em que capacita e qualifica mão de obra local, incentivando o surgimento de novas oportunidades profissionais e de empreendedorismo. Além disso, o curso promove o desenvolvimento social ao reduzir as barreiras educacionais, proporcionando maior igualdade de oportunidades e contribuindo para o progresso local de forma sustentável.

Assim, a execução deste serviço configura-se como um investimento estratégico, em consonância com a missão institucional da Secretaria, ao estimular a educação como ferramenta de transformação social e de fortalecimento das cadeias produtivas, comerciais e de serviços no município.

Nos últimos anos, o Enem passou a ser a principal porta de entrada para o Ensino Superior no Brasil, atraindo a atenção da sociedade e gerando grande interesse público pela divulgação de dados do exame. Dentre as mais importantes atribuições do exame, estão:

- Requisito para o SISU – o principal caminho para as universidades públicas;
- Critério para permitir a distribuição das bolsas do Prouni;
- Requisito para solicitação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);
- Resultado está sendo utilizado por diversas faculdades públicas e privadas para seleção de novos alunos.
- Requisito para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec);
- Critério de seleção para o Ciência sem Fronteiras e instrumento de aferição da qualidade das escolas de ensino médio.



A Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico vem considerando as dificuldades financeiras para ingressar num curso preparatório particular, considerando a desigualdade social que dificulta a entrada de alunos oriundos de escolas públicas nas Universidades.

Considerando que a educação deve ser prioridade e que é a ferramenta principal para que os alunos desenvolvam suas habilidades e possam se firmar no mercado de trabalho, alcançando tanto a satisfação profissional quanto pessoal, exercendo de forma consciente sua cidadania, assim, buscamos através da contratação em tela diminuir a desigualdade na competição das vagas de nível superior em universidades públicas e incentivar os jovens concluintes do município a continuarem os estudos e a ingressarem na vida acadêmica.

A iniciativa será de suma importância para contribuir com que os moradores tenham acesso ao Curso preparatório, beneficiando 50 (cinquenta) alunos, residentes na cidade de Nova Friburgo, divididos em dois turnos, oferecendo as disciplinas de Física, Química, Biologia, Gramática, Literatura, História, Geografia, Matemática, Redação, Inglês e Espanhol sendo a primeira turma com aulas de segunda à sexta-feira no período vespertino das 14:00 às 17:00, a segunda turma com aulas de segunda à sexta-feira no período noturno das 19:00 às 22:00.

Este projeto não apenas representa uma ação direta de valorização da educação, mas também reflete um compromisso com o futuro dos jovens e adultos friburguenses, garantindo-lhes uma oportunidade mais justa e igualitária de realizar seus sonhos e conquistar uma formação acadêmica sólida. Dessa forma, a contratação de uma empresa para a oferta do curso pré-vestibular social é uma medida imprescindível para o desenvolvimento educacional e social do município de Nova Friburgo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A solução fora analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (apêndice ao anexo I). Diante do objetivo a ser alcançado, que é a **contratação de empresa especializada em serviços educacionais para ministrar curso de pré-vestibular**, a opção mais adequada se encontra em se fazer através de procedimento **na modalidade Licitação, na forma Pregão Eletrônico**. Utilizando o critério de julgamento menor preço por item, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

3.2 Composição da solução

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	Contratação de empresa especializada em serviços educacionais para ministrar cursos de pré-vestibular, com o fornecimento de mão de obra, material didático impresso, chip de internet gratuita e uniforme, conforme especificações.	SERVIÇO/ MENSAL POR ALUNO	24 meses / 50 alunos

3.3 Justificativa da Escolha

A contratação de empresa especializada para ministrar cursos de pré-vestibular por um município pode ser a melhor solução em comparação com a criação de um curso próprio por diversos motivos, incluindo eficiência, custo e qualidade do serviço. Aqui estão alguns dos principais benefícios:



3.3.1. Redução de Custos e Burocracia

- Criar um curso próprio exige investimentos em infraestrutura, contratação de professores, materiais didáticos e gestão administrativa, o que pode ser caro e burocrático.
- Com a contratação, o município paga apenas pelo serviço, sem precisar arcar com encargos trabalhistas, manutenção de espaços e outros custos fixos.

3.3.2. Maior Agilidade na Implementação

- Uma empresa ou organização especializada já possui estrutura, professores e metodologia prontos para aplicação imediata.
- Se o município decidir criar um curso do zero, pode levar meses ou até anos para estabelecer um serviço eficiente.

3.3.3. Qualidade e Experiência Especializada

- Empresas especializadas costumam ter experiência comprovada em preparação para vestibulares e ENEM, utilizando metodologias atualizadas e eficazes.
- O município pode ter dificuldades em recrutar profissionais qualificados e desenvolver materiais didáticos competitivos.

3.3.4. Flexibilidade e Adaptação

- Caso haja necessidade de ampliar ou reduzir a oferta de vagas, é mais fácil ajustar o contrato com uma empresa terceirizada do que reorganizar toda a estrutura interna.
- O município pode trocar de prestadora de serviço caso a qualidade não esteja adequada, enquanto um curso próprio poderia gerar custos elevados para reestruturação.

3.3.5. Foco na Gestão Pública

- A administração municipal pode concentrar seus esforços em fiscalização, planejamento e avaliação dos resultados em vez de gerenciar diretamente um curso educacional.
- Isso melhora a eficiência do uso dos recursos públicos, garantindo que o foco esteja na qualidade do serviço prestado.

3.3.6. Redução de Riscos

- Com a contratação, a responsabilidade por falhas operacionais, problemas pedagógicos e questões trabalhistas recai sobre a empresa contratada, e não sobre o município.
- Caso um curso próprio não funcione bem, pode ser mais difícil corrigir falhas ou encerrar a operação sem prejuízo financeiro e político.

Assim, contratar um curso pré-vestibular permite ao município oferecer um serviço de qualidade com menos custos, burocracia e riscos. Além disso, garante que os alunos tenham acesso a uma preparação eficiente, gerida por especialistas na área, sem que o governo municipal precise se envolver diretamente na operação.

3.4. A contratação deverá ser executada a partir de 2 modalidades:

3.4.1. Cursinho público pré-vestibular Social com 50 vagas (distribuídas entre 02 turmas de 25 alunos cada);

3.4.2. Aulão do Cursinho Público Pré-Vestibular Social com no mínimo 50 vagas (turma única).

3.5. O “Cursinho público pré-vestibular Social” com 50 vagas, distribuídas entre 02 turmas de 25 alunos cada, divididas em dois turnos, oferecendo as disciplinas de Física, Química, Biologia, Gramática, Literatura, História, Geografia, Matemática, Redação, Inglês ou Espanhol, **sendo a primeira turma com aulas de segunda à sexta-feira no período vespertino das 14:00HS às 17:00HS, a segunda turma com aulas de segunda à sexta-feira no período noturno das 19:00HS às 22:00HS, na modalidade presencial e com suporte online, sendo imprescindível que:**

A) Sejam ofertadas **780** aulas de 40 minutos a serem ministradas e divididas entre as 2 turmas, onde as mesmas devem estar lotadas nas salas disponíveis oferecidas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico.

B) Seja oferecido material didático impresso, individual a cada jovem, em volume único que contenha todo o conteúdo pedagógico do projeto, sendo, portanto, um custo per capita. Define-se que o mesmo deve ser apostilado e com personalização de capa para a criação de identidade própria do curso municipal. O material didático deve trazer junto consigo temáticas e propostas de atividades com temas, exemplos e conhecimentos atuais. Além disso, o material deve englobar toda a complexidade de materiais e temas exigidos pelo ENEM e pelos vestibulares de maior prestígio, além de apresentar uma gama variada de exercícios, através das apostilas com conteúdo específico.

C) Após a seleção dos alunos conformes os critérios estabelecidos (item “3.5 - M”), seja realizado teste de nivelamento **aos contemplados** para entendimento de como o jovem chegará ao projeto, moldando assim o conteúdo e a forma de ministrar a aula a partir do resultado qualitativo obtido pelos alunos, a fim de que cada jovem consiga absorver o máximo possível do conteúdo. Fica definido ainda que **o teste deve conter questões de nível médio** que envolvam Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Matemática e Português. Em caso de ausência do jovem no dia da aplicação do teste de nivelamento, a sua falta deverá ser considerada como desistência do processo de obtenção da vaga, sendo chamados os candidatos subsequentes de acordo com os critérios de inscrição.

D) As disciplinas e conteúdos a serem ministrados devem seguir a tabela abaixo, para cada turma:

Área do conhecimento	Disciplina	Conteúdo	Número de Aulas
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Álgebra	80
		Geometria	
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	Seres Vivos, Ecologia e Botânica	100
		Citologia, Genética e Evolução	
	Física	Mecânica	
		Ondulatória e Termologia, Eletricidade	
	Química	Matéria e suas	



		transformações, Grandezas e cálculos químicos	
		Moléculas e reações orgânicas	
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	História Geral	100
		História do Brasil	
	Geografia	Geografia Geral e do Brasil	
		Geopolítica e regionalização	
	Filosofia	Filosofia Pré-Socrática Teorias e ideias de Platão Filosofia Moderna e Ética	
	Sociologia	Fundamentos da Ciência Política Indivíduos e Movimentos Sociais Sociologia Urbana	
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Literatura	100
		Gramática	
		Produção Textual	
		História da Arte	
	Língua Estrangeira	Inglês	10
		Espanhol	

E) As aulas deverão ocorrer dentro dos horários especificados abaixo:

Horário Vespertino - Cursinho público pré-vestibular

1ª Aula	14:00
2ª Aula	14:40
Intervalo	15:20
3ª Aula	15:40
4ª Aula	16:20

Horário Noturno – Cursinho público pré-vestibular

1ª Aula	19:00
----------------	--------------



2ª Aula	19:40
Intervalo	20:20
3ª Aula	20:40
4ª Aula	21:20
Encerramento	22:00

F) Seja ofertada atividade de mentoria e acompanhamento individual online 1 vez por semana. Essa ação é uma importante atividade pedagógica que tem o intuito de melhorar o entendimento, absorção e fixação dos assuntos que estão sendo abordados durante as aulas, estimulando assim uma postura revisional e a aplicação do conceito GTO (Gerenciamento de Tempo de Prova) por parte dos alunos. Com isso, enfatiza-se que as mentorias deverão ser agendadas de forma prévia pelos alunos a fim de que todos tenham a possibilidade de serem atendidos. **Ainda fica definido que caso os alunos tenham difícil acesso a internet, a mentoria deverá ser realizada de forma presencial, 01 (uma) vez por semana no local onde o curso será oferecido.**

G) Seja ofertado serviço de um chip (SIM CARD) com internet gratuita, assegurando que todos os alunos, tenham a conectividade necessária para acessar a plataforma, materiais didáticos complementares e realizar pesquisas via WEB, garantindo igualdade de oportunidades para o aprendizado digital.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIDADE
Fornecimento de CHIP (SIM CARD) de telefonia móvel, com cobertura nacional; Sem conta mensal; Benefício mensal de 2GB de dados de tecnologia 4G ou superior; Com fornecimento de aplicativo gratuito compatível com os sistemas ios e android para ativação do chip. A liberação dos benefícios de internet deve se dar mediante autenticação nesse mesmo aplicativo.	UN	50 por ano	R\$ 120,00

Descrição das Características do Chip e do Serviço

O chip de internet oferecido aos alunos do Pré-Vestibular Social será um chip de dados móveis, destinado exclusivamente para fins educacionais. Ele contará com as seguintes características:

- Franquia de Internet: Pacote de dados com 2GB mensais, suficientes para acessar a plataforma de estudos e realizar pesquisas acadêmicas.
- Chip neutro (SIM CARD): Os chips fornecidos deverão ser do tipo SIM CARD, conhecidos como “chips neutros”, permitindo a troca remota de operadora sem a necessidade de substituir o chip físico. Isso garante maior qualidade e estabilidade no serviço de internet, pois o dispositivo pode se conectar à rede 3G ou 4G mais conveniente em cada região.
- Aplicativos Permitidos: Acesso liberado a sites e plataformas educacionais específicas, como a plataforma do pré-vestibular, Google Scholar, Wikipedia, Khan Academy, entre outros.
- Uso Restrito: Redes sociais, streaming de vídeos e outras aplicações não educacionais terão uso limitado ou bloqueado para evitar desperdício de dados.

Forma

de

Disponibilização

1. Entrega do Chip: Os alunos selecionados para o curso pré-vestibular receberão o chip presencialmente, juntamente com instruções de ativação e uso.



2. Cadastro do Usuário: Cada aluno precisará ativar seu chip com um CPF vinculado, através de aplicativo gratuito compatível com os sistemas ios e android para ativação do chip, garantindo que o benefício seja utilizado apenas pelo estudante.

3. Monitoramento e Renovação: O acesso à internet será monitorado por meio de relatórios da operadora, garantindo que os dados estejam sendo usados para estudo. A renovação mensal dependerá da comprovação de uso adequado.

Garantia de Uso para Estudo

- Filtro de Conteúdo: O plano de internet pode ser configurado para restringir o acesso a sites e aplicativos que não sejam educacionais.
- Acompanhamento de Atividades: Relatórios de acesso à plataforma do pré-vestibular indicarão se o aluno está utilizando a internet conforme esperado.
- Política de Uso Responsável: Os alunos assinarão um termo de compromisso, concordando em usar o chip exclusivamente para fins acadêmicos. O descumprimento pode levar ao bloqueio do serviço.
- Revisões Periódicas: Uma equipe da coordenação realizará checagens mensais para verificar o engajamento do aluno e decidir pela continuidade do benefício.

OBSERVAÇÃO: fornecimento do chip é de inteira responsabilidade da empresa ganhadora da licitação. Ressaltamos que fica a cargo da empresa definir a melhor forma de atender esta solicitação. A solução apresentada por esta Secretaria, para a realização da estimativa de preço, por entendermos tratar-se da opção mais vantajosa, porém, a contratada fica livre para buscar empresas com soluções que apresentem um melhor custo benefício para a mesma, desde que atendam a necessidade especificada.

H) Seja oferecida 03 (três) camisetas do curso, em malha 100% algodão, para cada aluno, as quais o design das mesmas deverá ser aprovado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, conforme layout apresentado no anexo I deste Termo de Referência.

CAMISA UNIFORME MANGA CURTA “GOLA RIBANA” UNISSEX

Especificação técnica:

- Deverá ser toda confeccionada na cor determinada, em tecido malha 30.1 penteada, 100% algodão, com gramatura mínima de 160g/m². A gola deverá ser confeccionada em malha ribana, na cor determinada, com largura de 2 cm. As mangas deverão ser retas com a barra rebatida, com largura de 2cm. A arte, conforme exemplo, pelo sistema silk screen, diretamente sobre o tecido, devem ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não descoram e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens, seguindo as cores das apresentadas na arte e as cores do brasão, o qual será fornecido em forma digital à empresa vencedora na assinatura do contrato. A barra do corpo deverá ser rebatida, com largura de 2cm. A peça deverá ser de 1ª qualidade, costurada 100% com máquina overlock. No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A tolerância de variação na gramatura do tecido é de 5%. Todas as peças deverão ser embaladas separadamente em sacos plásticos. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.

I) Seja ofertado apoio psicológico e Testes Vocacionais com profissional formado na área de Psicologia, promovendo maior confiança para realização das provas e na escolha do curso para ingressar na universidade. Este serviço deverá ser oferecido, aos alunos interessados, no mínimo, 01 (uma) vez por mês para cada turma, totalizando 02 (dois) encontros mensais.

J) Seja oferecido no decorrer do curso, através de plataforma digital, que poderá ser terceirizada, 60 simulados da prova real de vestibulares como ENEM e UERJ, a serem distribuídos entre as 2 turmas, sendo necessários que o número de questões e tempo limite sejam iguais ao que é oferecido de forma real nos vestibulares citados. Os estudantes deverão, ainda, receber, através da plataforma digital, material didático complementar,



com conteúdos interativos nos quais poderão usufruir de inúmeras facilidades educacionais, com acesso às dezenas de textos, artigos e exercícios das disciplinas ministradas.

K) 60% dos simulados aplicados ao longo do curso devem ser na forma presencial e 40% das provas devem ser aplicadas de forma online. Com o intuito de garantir a integridade do processo de avaliação, a aplicação dos simulados devem assegurar que a pessoa que está fazendo a prova realmente é o aluno matriculado e evitar que haja trapacas durante o processo, além de garantir condições justas e iguais para todos os alunos. Após a realização dos simulados, a plataforma responsável pelo oferecimento e correção da prova, deverá oferecer devolutiva detalhada aos alunos, com informações que sigam o padrão do algoritmo de balanceamento TRI (Teoria de Resposta ao Item), ferramenta oficial utilizada pelo INEP. Tratando sobre a aplicação da redação, deverá ser oferecida através da mesma plataforma, diversas simulações de redações que abordem temas atuais para que os alunos possam se desenvolver na criação e desenvolvimento de texto. A correção das mesmas também deverá ser feita através de plataforma digital onde é necessário que profissionais que não estão no dia a dia do aluno corrijam linha a linha da redação e dêem o feedback sobre quais das 5 competências da redação devem ser melhoradas.

L) Seja oferecida uma aula magna (Com profissional referência em Educação) que inclua todos os alunos de todas as turmas a fim de motivar e engajar os mesmos desde o **início do curso**. Além do caráter de motivação, essa aula deverá envolver assuntos como Projeto de Vida e o desenvolvimento e fortalecimento do senso de pertencimento dentro da comunidade e sociedade em que o jovem vive. O local da aula magna será escolhido pela Subsecretaria de Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior, em auditório ou outro espaço da Administração Pública disponível, que possua capacidade de comportar todos os 50 alunos inscritos no cursinho.

M) Critérios de seleção dos alunos para o Pré-Vestibular

O recebimento de inscrições e encaminhamento dos selecionados será realizado pela **Empresa vencedora do certame**, através de formulário disponibilizado de forma online ou presencial pela empresa contratada e serão selecionados com base nos seguintes critérios:

M.1. Renda Familiar e Vulnerabilidade Social

- Prioridade para candidatos com renda familiar de até 3 salários mínimos, conforme Cadastro Único.
- O aluno deverá ser oriundo de escola pública ou bolsista de 100% de escola particular.

M.2. Análise Socioeconômica e Educacional

Seus dados serão avaliados conforme critérios de seleção:

- renda
- histórico escolar
- vulnerabilidade social

M.3. Motivação e Interesse no Ensino Superior

- Preenchimento do questionário motivacional, destacando objetivos acadêmicos e profissionais.
- Participação em uma entrevista (se necessário) para avaliar comprometimento e alinhamento com o projeto.

M.4. Residência e Vínculo com Nova Friburgo

- Residência comprovada no município de Nova Friburgo há, pelo menos, 03 (três) anos.

M.5. Compromisso com o Pré-Vestibular

- Assinatura do Termo de Compromisso, garantindo a participação ativa nas atividades do curso.
- Disponibilidade para comparecer às aulas e atividades presenciais e virtuais, conforme cronograma estabelecido.

M.6. Critérios de Desempate

Em caso de número maior de inscritos do que o de vagas disponíveis, os seguintes critérios serão utilizados para desempate:

1. Menor renda familiar per capita.
2. Melhor desempenho escolar.
3. Maior tempo de residência em Nova Friburgo.
4. Participação comprovada em projetos sociais ou comunitários.

M.7. Ao final do processo de seleção dos alunos, será divulgada lista com a classificação de todos os inscritos, com a informação dos classificados para preenchimento das vagas ofertadas. A listagem com os aprovados será divulgada de forma ampla, objetiva e transparente, no site da prefeitura, bem como dado publicidade nas redes sociais e meios de comunicação da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico.

N) Equipe do projeto:

- **EQUIPE DOCENTE:** Seja formada por professores de cursos preparatórios recrutados pela empresa contratada e será composto basicamente por profissionais dotados de certificação em pós-graduação, mestrado e até mesmo doutorado em suas respectivas áreas de conhecimento, além de ampla experiência em metodologias próprias para pré-vestibular. Terão como função ministrar aulas, elaboração de planejamento, participação e realização de atividades propostas pela unidade escolar, participação de atividades culturais, atualização de registros relativos à sua atividade e responsabilizar-se pelo material que necessita para o desenvolvimento do próprio trabalho.
- **COORDENAÇÃO GERAL:** Seja composto por um profissional que tenha Formação de Nível Superior e terá como funções a organização e acompanhamento da execução do Projeto Pedagógico, além da avaliação de desempenho dos alunos e a realização das mentorias.
- **DIRETORIA ADMINISTRATIVA:** Seja composto por um profissional que tenha Formação de Nível Superior e terá como atividades diárias a direção, planejamento, organização e controle das atividades do projeto, além de fixar políticas estratégicas de gestão de recursos financeiros, administrativos e adequação de processos e realização das mentorias.
- **APOIO PEDAGÓGICO:** Irá dar apoio para o desenvolvimento de estratégias e acolhimento dos alunos além da compreensão de demandas para atuação e criação de melhores condições pedagógicas, como o apoio à realização das mentorias.
- **MONITORES ESTAGIÁRIOS:** Será composto por alunos em graduação de diversas áreas. Terão como função apoiar o Coordenador Geral, o Diretor Administrativo e o Apoio Pedagógico na realização das mentorias com os alunos.

3.6. “Aulão do Cursinho Público Pré-Vestibular Social” com no mínimo 50 vagas , distribuídas em turma única, **com aulas a serem ministradas em 4 sábados**, na modalidade presencial, sendo imprescindível que:

A) A metodologia de aulas seja composta por uma carga horária de 08 (oito) horas por dia, sendo dividida em 12 aulas de 40 minutos com 1 hora de intervalo para 1 turma durante 4 sábados, totalizando 48 aulas, e 32 horas de formação.

B) As disciplinas e conteúdos a serem ministrados devem seguir a tabela abaixo:

Área de Conhecimento	Disciplina	Conteúdo	Quantidade de aulas
----------------------	------------	----------	---------------------



Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Álgebra	12
		Geometria	
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	Seres Vivos, Ecologia e Botânica	12
		Citologia, Genética e Evolução	
	Física	Mecânica	
		Ondulatória e Termologia, Eletricidade	
	Química	Matéria e suas transformações, Grandezas e cálculos químicos	
		Moléculas e reações orgânicas	
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	História Geral	12
		História do Brasil	
	Geografia	Geografia Geral e do Brasil	
		Geopolítica e regionalização	
	Filosofia	Filosofia Pré-Socrática Teorias e ideias de Platão Filosofia Moderna e Ética	
	Sociologia	Fundamentos da Ciência Política Indivíduos e Movimentos Sociais Sociologia Urbana	
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Literatura	12
		Gramática	
		Produção Textual	
		História da Arte	

C) As aulas sejam ofertadas dentro do horário especificado abaixo:

Horário - Aulão

1ª Aula	08:00
2ª Aula	08:40
3ª Aula	09:20
4ª Aula	10:00
5ª Aula	10:40
6ª Aula	11:20
Intervalo	12:00
7ª Aula	13:00
8ª Aula	13:40
9ª Aula	14:20
10ª Aula	15:00
11ª Aula	15:40
12ª Aula	16:20
Encerramento	17:00

D) O local do aulão será escolhido pela Subsecretaria de Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior, e realizado em auditório ou outro espaço da Administração Pública disponível, que possua capacidade de comportar todos os 50 alunos inscritos no cursinho.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1. Trata-se o objeto sobre o projeto de oferta de curso de pré-vestibular social para estudantes de baixa renda, residentes no Município de Nova Friburgo;

4.2. O início da execução dos serviços do objeto deverá ser de 01 (um) dia útil após a emissão da ordem de serviços ou documento equivalente;

4.3. No início das aulas a contratada deverá dispor de todo material didático necessário para a realização do curso;

4.4. Antes do início das aulas do curso dever-se-á ser apresentado o Plano Pedagógico detalhado, constando o planejamento detalhado para execução da proposta curricular do curso, metodologia, cronograma do curso e a forma de avaliação dos resultados;



4.5. Para a prestação do serviço, deverá ser apresentado quadro de profissionais com formação, habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver o projeto de acordo com o Plano Pedagógico apresentado e o disposto no Termo de Referência;

4.6. Os profissionais que estarão prestando serviços no curso deverão estar identificados com crachá;

4.7. Na ausência de instrutores, por quaisquer fatos supervenientes, a contratada deverá providenciar sua substituição imediata para dar segmento ao curso profissionalizante;

4.8. Cumprir à instituição responsável pela execução do serviço, fiscalizar e acompanhar a assiduidade dos adolescentes, disponibilizando de meio de controle de frequência, bem como, realizar o acompanhamento do desenvolvimento pedagógico do projeto;

4.9. O prazo de execução do serviço será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogável;

4.10. Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da contratada, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada;

4.11. Deverá ser apresentada uma forma de avaliação da evolução do desempenho dos estudantes.

4.12. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas disciplinares e demais regulamentos do contratante e dos locais de prestação dos serviços, devidamente disponibilizados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços.

4.13. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.14. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir garantia para assegurar o fiel cumprimento do contrato, desde que haja justificativa técnica que a recomende. No entanto, considerando as características da presente contratação, qual seja, a prestação de serviços educacionais para ministrar aulas no âmbito do Pré-Vestibular Social promovido por esta Secretaria, conclui-se pela **não necessidade de exigência de garantia contratual**, pelos seguintes fundamentos:

- O objeto contratual trata de **serviço de natureza intelectual e especializada**, a ser executado em etapas de fácil controle e avaliação por parte da Administração;
- O valor estimado do contrato **não representa vultuosidade** nem envolve riscos materiais ou operacionais relevantes;
- A exigência de garantia poderia acarretar **ônus desproporcional** às empresas interessadas, especialmente aquelas de menor porte, **reduzindo a competitividade** e contrariando o interesse público;
- Os riscos contratuais podem ser mitigados com **retenções condicionadas à efetiva prestação dos serviços** e com **fiscalização direta da execução**.

Diante disso, adota-se a **não exigência de garantia de execução**, com base na **discricionariedade conferida pelo caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, em consonância com os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa.

4.15. Sustentabilidade:

4.15.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, conforme previsto no Guia de Contratações Sustentáveis (AGU)



- a) Disponibilizar o material didático complementar (como apostilas, artigos e provas) de forma digital para evitar a impressão desnecessária;
- b) Incentivar o uso de plataformas digitais para a distribuição de materiais, reduzindo o consumo de papel e promovendo a eficiência energética.
- c) Para o material didático impresso a ser disponibilizado, utilizar papel reciclado ou certificado (FSC) e impressão frente e verso;
- d) Incluir temas de sustentabilidade no conteúdo programático do curso;
- e) Realizar campanhas sobre consumo consciente, reciclagem e preservação ambiental;
- f) Apresentar planos de gerenciamento de resíduos sólidos, assegurando a destinação adequada de materiais descartados durante o curso;
- g) Adotar políticas de contratação que promovam diversidade e inclusão em suas equipes, promovendo a equidade de gênero, raça e acessibilidade.
- h) Incentivar que parte da equipe de instrutores seja composta por profissionais locais.
- i) Desenvolver ou participar de projetos sociais na comunidade local, fortalecendo o impacto positivo na sociedade.

4.16. Faz-se necessário que a instituição responsável pelos serviços tenha histórico de atuação em projetos educacionais, especialmente em preparação para vestibulares e ENEM;

4.17. Para assegurar a adequada prestação dos serviços contratados e garantir a seleção de profissionais com competência técnico-pedagógica compatível com os objetivos do Pré-Vestibular Social, **serão estabelecidos critérios objetivos quanto à formação acadêmica e experiência profissional dos docentes** a serem disponibilizados pela empresa contratada. Esses critérios visam **garantir a isonomia entre os licitantes** e mitigar riscos de impugnações:

Formação Acadêmica:

- Licenciatura plena na área da disciplina a ser ministrada (ex.: Matemática, Física, Química, Língua Portuguesa, Redação, História, Geografia, Biologia, Filosofia, Sociologia, Inglês); ou
- Bacharelado com **complementação pedagógica reconhecida pelo MEC** na respectiva área de atuação.

Documentos Comprobatórios:

- Diplomas ou certificados de conclusão de curso superior (reconhecido pelo MEC);

4.18. A contratada deverá disponibilizar equipe pedagógica composta por profissionais com **experiência comprovada na aplicação de metodologias ativas e/ou inovadoras de ensino**, tais como:

- Aprendizagem baseada em projetos (ABP),
- Sala de aula invertida,
- Ensino híbrido,
- Resolução de problemas (PBL),
- Gamificação ou outras abordagens voltadas à melhoria do desempenho em exames como ENEM e vestibulares.

☒ **Critérios objetivos para comprovação:**

1. Formação Complementar

- Comprovação de participação em cursos, oficinas ou certificações (mínimo de 20 horas) voltados ao uso de metodologias ativas ou inovadoras de ensino-aprendizagem nos últimos 5 anos.



2. Experiência Profissional Aplicada

- Declaração de instituição pública ou privada (curso preparatório, escola, ONG, projeto social ou similar), atestando a atuação do profissional em atividades didáticas nas quais tenham sido utilizadas metodologias de ensino inovadoras, com detalhamento do período (mínimo de 6 meses) e do tipo de metodologia utilizada.

4.19. As aulas serão realizadas em sala destinada a este fim, localizada na sede da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, situada à Avenida Alberto Braune, nº 225 (Antiga Rodoviária Leopoldina), Centro/NF.

4.20. As aulas deverão ser ministradas com recursos didáticos atualizados e acessíveis.

4.21. A instituição responsável pela execução do serviço deverá apresentar capacidade para atender o número de alunos previsto no edital.

4.22. Eventualmente, caso solicitado, deverão ser apresentados relatórios detalhados sobre a execução do projeto e o uso dos recursos.

4.23. Deverão estar incluídos no preço dos serviços todas as despesas sem quaisquer ônus para a Administração Pública tais como manutenção, tributos, remuneração e encargos fiscais do trabalhador e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

4.24. É imprescindível que seja cumprido todo o planejamento do curso, conforme descrição e especificações constantes no item “Descrição da solução como um todo”.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de início de execução do serviço é de 01(um) dia útil, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente.

5.2 Caso não seja possível o início do serviço na data prevista, a empresa deverá comunicar as razões respectivas antes da assinatura do contrato, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os serviços deverão ser realizados no seguinte endereço: Avenida Alberto Braune, nº 223 (Antiga Rodoviária Leopoldina) e os aulas de sábado serão realizados em auditório disponível a ser definido pela Administração Pública.

5.4 Deverão ser observados os seguintes critérios para a seleção dos alunos do curso pré-vestibular:

O recebimento de inscrições e encaminhamento dos selecionados será realizado pela **Empresa vencedora do certame**, através de formulário disponibilizado de forma online e/ou presencial pela empresa contratada e serão selecionados com base nos seguintes critérios:

A) Renda Familiar e Vulnerabilidade Social

- Prioridade para candidatos com renda familiar de até 3 salários mínimos, conforme Cadastro Único.
- O aluno deverá ser oriundo de escola pública ou bolsista de 100% de escola particular.

B) Análise Socioeconômica e Educacional

Seus dados serão avaliados conforme critérios de seleção:



- 1º renda
- 2º histórico escolar
- 3º vulnerabilidade social

C) Motivação e Interesse no Ensino Superior

Preenchimento do questionário motivacional, destacando objetivos acadêmicos e profissionais.

Participação em uma entrevista (se necessário) para avaliar comprometimento e alinhamento com o projeto.

D) Residência e Vínculo com Nova Friburgo

- Residência comprovada no município de Nova Friburgo.

E) Compromisso com o Pré-Vestibular

- Assinatura do Termo de Compromisso, garantindo a participação ativa nas atividades do curso.
- Disponibilidade para comparecer às aulas e atividades presenciais e virtuais, conforme cronograma estabelecido.

F) Critérios de Desempate

Em caso de número maior de inscritos do que o de vagas disponíveis, os seguintes critérios serão utilizados para desempate:

1. Menor renda familiar per capita.
2. Melhor desempenho escolar.
3. Participação comprovada em projetos sociais ou comunitários.

G) Ao final do processo de seleção dos alunos, será divulgada lista com a classificação de todos os inscritos, com a informação dos classificados para preenchimento das vagas ofertadas. A listagem com os aprovados será divulgada de forma ampla, objetiva e transparente, no site da prefeitura, bem como dado publicidade nas redes sociais e meios de comunicação da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimentos Econômico.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.5.** Estimular e envolver os docentes e monitores na sua formação permanente;
- 5.6.** Promover o envolvimento de alunos, funcionários e professores na preservação do prédio e conservação de materiais didáticos e pedagógicos;
- 5.7.** Fortalecer o envolvimento das instâncias colegiadas nos problemas e desafios pré-vestibular social.
- 5.8.** A instituição responsável pela prestação dos serviços deverá disponibilizar computadores ou notebooks, projetores ou TV interativa para os professores ministrarem as aulas.
- 5.9.** Disponibilizar aos alunos o calendário de aulas.
- 5.10.** Confecção de relatórios semanais para envio a contratante contendo avaliação geral de rendimento, aproveitamento e frequência de alunos e equipe atuante no projeto, que deverá ser apresentado em reunião mensal a ser marcada junto a **Subsecretaria de Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior**.
- 5.11.** Oferecer orientação e atendimentos individuais.
- 5.12.** Responsabilizar-se pela remuneração e, quando necessário, transporte dos profissionais contratados.



- 5.13.** São de responsabilidade da contratada, eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas à execução do Contrato;
- 5.14.** Responsabilizar-se pela fiel execução dos serviços no prazo estabelecido;
- 5.15.** Apresentar imediatamente e por escrito, à contratante, quanto a qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
- 5.16.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;
- 5.17.** Cumprir e fazer cumprir por seus profissionais contratados normas e regulamentos disciplinares do Município, bem como, quaisquer determinações exaradas pelas autoridades competentes;
- 5.18.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Município na execução dos serviços contratados.
- 5.19.** Garantir atendimento completo aos alunos, zelando pela substituição de profissionais quando de suas ausências/faltas ou desistências.
- 5.20.** Estabelecer parceria com os professores funcionários para melhorar o comprometimento dos mesmos com a qualidade de ensino;
- 5.21.** A instituição responsável pela execução do serviço deverá informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de realizar o serviço conforme o estabelecido.
- 5.22.** Ficará a cargo da contratada o fornecimento de todos os materiais didáticos impressos, uniformes e chip de internet gratuita, conforme descrição constante no **item 3 “Descrição da solução como um todo”** deste termo de referência, bem como encargos sociais e trabalhistas dos prestadores de serviços.
- 5.23.** A instituição responsável pela execução do serviço deverá substituir, imediatamente, a pedido da **Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico**, qualquer profissional cujo desempenho e conduta sejam considerados pelo Município como inadequados para o desempenho dos serviços, como, por exemplo, ineficiência no trabalho (atrasos constantes ou faltas não justificadas, mal relacionamento com os servidores e alunos, baixo rendimento durante as aulas, conforme avaliação da Coordenação).
- 5.24.** A empresa deverá cumprir todo o planejamento do curso conforme descrição e especificações constantes no **item 3 “Descrição da solução como um todo”**.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.25.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.26.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.27.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.28.** Notificar, por escrito à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para sua correção.



5.28. Realizar a divulgação do curso pré vestibular social, sendo feita pela **Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico**, com a publicação nas redes sociais da Prefeitura de Nova Friburgo e veiculação nos principais meios de comunicação da cidade, como televisão e jornais, objetivando a captação do público alvo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designandos em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.11.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



6.11.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município de Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630.0001-23, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro/NF .

7.2 Todos os serviços deverão ser reportados à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, situada à Avenida Alberto Braune, nº 223 (Antiga Rodoviária Leopoldina).

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4 Do pagamento da despesa:



7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

a - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.



8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da



entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do

fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a)** atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h)** manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a)** comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b)** efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c)** promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d)** rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;



- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.1.2** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.1.3** dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.1.4** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.1.5** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1** advertência;
- 10.3.2** multa;
- 10.3.3** impedimento de licitar e contratar;
- 10.3.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;



10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 973.909,92 (novecentos e setenta e três mil, novecentos e nove reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico	56001.0412200012.002	170500000020	3.3.90.39.00

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Ciência Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico.

Nova Friburgo/RJ, 28 de Julho de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Felippe de Jesus Schenquel Subsecretário de Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior Matr.: 063173	<hr/> Valdete Lisboa Borge Assessor de Nível Intermediário Centro de Formação Matr.: 107441

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Walter José Fernandes de Oliveira
Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico
Matr.: 063474



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

Termo de Referência - Anexo I

- Segue layout da camiseta de uniforme solicitado neste Termo de Referência - item 3.5, alínea H.

LAYOUT CAMISETAS UNIFORME - MALHA 100% ALGODÃO



CAMISA UNIFORME MANGA CURTA “GOLA RIBANA” UNISSEX

Especificação técnica:

- Deverá ser toda confeccionada na cor determinada , em tecido malha 30.1 penteada, 100% algodão, com gramatura mínima de 160g/m². A gola deverá ser confeccionadas em malha ribana, na cor determinada , com largura de 2 cm. As mangas deverão ser retas com a barra rebatida, com largura de 2cm. A arte, conforme exemplo , pelo sistema silk screen, diretamente sobre o tecido, devem ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não descoram e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens, seguindo as cores das apresentadas na arte e as cores do brasão, o qual será fornecido em forma digital à empresa vencedora na assinatura do contrato. A barra do corpo deverá ser rebatida, com largura de 2cm. A peça deverá ser de 1ª qualidade, costurada 100% com máquina overlock. No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A tolerância de variação na gramatura do tecido é de 5%. Todas as peças deverão ser embaladas separadamente em sacos plásticos. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.